

YUMIKO UENO MAGNO

Cargo: Auditor Fiscal de Tributos – (1994) – Fiscalização de Empresas normais e do Simples Nacional, abertura e alteração de cadastros, análise de processos de ISS, Processos de Imunidade/Isenção de ITBI, processos de ISS construção civil, Monitoramento de Receitas Transferidas (FPM, ITR).

Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Londrina –

Pós Graduação em Gestão Financeira e Auditoria (UNOPAR), MBA em Gestão e Planejamento Tributário (Fundação Getúlio Vargas) e Pós Graduação em Administração Pública (UNICESUMAR).

Gerente de Fiscalização de Receitas Transferidas (1999 a 2008) – Planejamento, gerenciamento e orientação das Receitas transferidas da União e do Estado. Gerenciamento das Notas fiscais de produtor rural (Cadastro de NFP, INCRA, emissão/baixa NFP), emissão do relatório de Notas fiscais de produtor rural para fins de composição do índice do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, monitoramento das DFC (Declaração Fisco Contábil) realizando diligências fiscais para fins de orientação e acompanhamento da evolução do valor adicionado, bem como solicitando retificações e ajustes corretos das DFC's à época da entrega com o objetivo de apuração do valor adicionado; acompanhamento das receitas do ITR. Em 2007, com a implantação do Simples Nacional, coordenação dos trabalhos de inclusão e exclusão das empresas optantes no Simples Nacional.

Diretora de Arrecadação (Março de 2008 a Abril de 2010) – Dentre outras atividades da Diretoria, participação na aprovação e coordenação da implantação da Primeira Lei do PROFIS Lei 10.734/2009, acompanhamento da implantação do sistema SIM-AM (Tribunal de contas).

Conselho Municipal de Contribuintes – membro do Conselho de Contribuintes em 2009.

Gerente de Auditoria Fiscal (2010 a 2013) – Dentre outras atividades da Gerência, emissão de OS (ordem de serviço) para fiscalização do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e acompanhamento/orientação até a sua conclusão, alteração e atualização da portaria de Construção civil, acompanhamento da arrecadação do ISSQN.

Membro do Comitê Gestor do Simples Nacional – Representante dos Municípios – Portaria CGSN nº 15 de 27/08/2015 até 14 de Fevereiro de 2017. Participação em reuniões, seminários etc.

Diretora de Arrecadação: Março 2018 a julho de 2019 – Dentre outras atividades da Diretoria, coordenação de implantação de vários processos para o sistema SEI, coordenação da implantação da Lei do PROFIS 12829/2019, inclusive o atendimento dos pedidos pelo sistema SEI.

Presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais – TARF – 2020 a 2023.

No início de 2020 haviam 245 processos pendentes de julgamento – julgados 189 processos

No início de 2021 – Havia 501 processos pendentes de julgamento – Julgados 288 processos

No início de 2022 – Havia 305 Processos pendentes de julgamento – julgados 208 processos

No início de 2023 – Havia 144 Processos pendentes de julgamento

- Devido a grande quantidade de processos pendentes de julgamento, principalmente em razão da alteração na Planta Genérica de Valores que ocorreu em 2018, em consonância com o artigo

300, parágrafo único da Lei 7303/97 CTML, regulamentado pelo decreto 1672 de 27/12/2019, artigo 25, foram convocados os suplentes para atender à demanda de processos como relator. Portanto, a partir de 2020 todos os membros do TARF receberam por sorteio processos para julgamento.

- Até o mês de fevereiro de 2020 as reuniões do TARF eram presenciais, devido à pandemia (COVID 19), as sessões passaram a ser virtuais, publicado o Decreto 355 de 23/03/2020.

As reuniões virtuais aumentaram a eficácia no julgamento dos processos do TARF, por esse motivo, mesmo pós pandemia, as reuniões continuam a serem virtuais.